

## RESENHA

UNESCO. *Reimagining our futures together: a new social contract for education*. Report from the International Commission on the Futures of Education. Paris, 2021.

## A NOVA PROPOSTA DA UNESCO PARA EDUCAÇÃO

## THE NEW UNESCO'S PROPOSAL TO EDUCATION

Ana Carolina Fernandes Gonçalves<sup>1</sup>

Em novembro de 2021, foi apresentado na 41ª Conferência Geral da Unesco o relatório *Reimagining our futures together: a new social contract for education*, produzido pela Comissão Internacional Independente sobre Futuro da Educação, presidida pela atual Presidente da República Democrática da Etiópia, Sahle-Work Zewde. A pesquisa e redação deste documento foi dirigida pelo educador português Antonio Novoa, além de contar com a participação de outros importantes nomes que compuseram a comissão, entre eles o pesquisador e político brasileiro Cristovam Buarque.

A expressão “reimaginar nosso futuro juntos”, que intitula o relatório e é repetida diversas vezes ao longo do texto, representa a modo de convite a proposta da comissão de criação de “um novo contrato social para educação” para entrar em vigor até 2050. Diferente do relatório anterior de 1996, o famoso *Learning: the treasure within*, cuja comissão foi presidida por Jacque Delors, no qual o futuro da educação foi previsto sob o horizonte otimista de concretização da utopia de uma Comunidade Europeia em 1995, o relatório atual foi construído sob a sombra distópica de um presente assaltado por ondas de crises. Com a polarização política e a ascensão da extrema direita em todo o mundo, 5 milhões de mortos pela epidemia de Covid-19 e precedido pela publicação do relatório do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) que prevê a situação de risco inaceitável para vida humana e

---

<sup>1</sup> Professora efetiva da rede estadual de Educação de Minas Gerais. Mestranda em Educação (Universidade Federal de Viçosa – UFV). E-mail: [anaconcalves@ufv.br](mailto:anaconcalves@ufv.br).

planetária, ressaltando a urgência do problema, o relatório sobre o futuro da educação apela para mudanças profundas que atingem os princípios legais do direito à educação e não apenas a forma de garanti-lo aos cidadãos.

Na leitura dos dois prefácios e sumário executivo é possível localizar a posição estratégica da organização: atacar os efeitos colaterais do mercado financeiro global, sem, no entanto, atingi-lo diretamente. A diretora-geral, Audrey Azuoulay, ao prefaciá-lo, faz uma análise de conjuntura, enfatizando o quão perigoso é o momento para a humanidade e o quanto nossa situação é frágil e, assim, traz a leitura do relatório como uma iniciativa para salvar o futuro do planeta e, conseqüentemente, da humanidade. Já Sahle-Work Zewde, fez um prefácio focado no mal da desigualdade e aposta na diversidade como resposta para superá-la. No sumário executivo, a comissão parte da avaliação de que os avanços tecnológicos não foram suficientes para sanar os problemas de desigualdade e de que a educação, ainda entendida como a chave para mudança, precisa ser reinventada.

A introdução do relatório apresenta a defesa de um novo conceito de educação, argumentando que o desenvolvimento paradoxal colocou a humanidade em marcha para um “futuro insustentável”: o modelo econômico é uma ameaça ambiental, a polarização política e radicalização é uma ameaça aos direitos humanos, a globalização acelerou o fluxo de migração humana, sem, contudo, criar condições adequadas para essa mobilidade, e a tecnologia digital promete uma revolução no ensino e na comunicação, mas traz sérios problemas quanto à privacidade, liberdade criativa e desinformação. Por isso, um novo contrato social para a educação é necessário e deve ser construído sobre duas cláusulas fundamentais. Primeiro, a educação não pode mais ser entendida como um processo específico da infância e juventude, mas como um processo contínuo de adaptação e ampliação que ocorre durante toda a vida. Segundo, a educação deve ser entendida como um bem comum e público e deve ser protegido da comercialização e exploração predatória do mercado. Para realizar esse novo contrato social é preciso mobilizar um diálogo público e democrático e é esse o convite feito por meio do relatório.

Estruturado em três partes, o documento apresenta a justificativa para um novo contrato social, o que deve contemplar esse novo contrato e, finalmente, a responsabilidade das partes nele. Ao longo da leitura, nos familiarizamos com

---

Resenha – A nova proposta da Unesco para educação – Ana Carolina Fernandes Gonçalves – p. 316-322

expressões que devem figurar nas discussões futuras sobre educação, como “educação para toda vida”, “ecossistemas educacionais”, “pedagogia solidária”. Além do conteúdo principal, como é de praxe na linguagem das organizações internacionais, o documento traz sínteses de seu próprio conteúdo no sumário executivo e no epílogo, em um exercício de fixação das principais ideias e ações sobre as quais são necessários a conscientização e maior foco.

A primeira parte do relatório intitulada “*Between past promises and uncertain futures*” apresenta uma leitura do passado e do presente para identificar os desafios lançados para a humanidade. Analisando os resultados das iniciativas da própria Unesco, o relatório conclui que os esforços internacionais para universalizar a educação como direito humano tiveram um impacto positivo nos sistemas educacionais nacionais, porém, esse impacto não foi o suficiente para diminuir a desigualdade de acesso. Diversos grupos são excluídos do processo, presos em uma complexa “teia de exclusões” que se interseccionam, como pobreza, machismo, racismo, xenofobia, lgbtfobia, intolerância religiosa, entre outros. O novo pacto social para educação precisa, segundo a comissão, criar condições para superar tais limitações e libertar as minorias dessa teia.

Além disso, a educação pode também contribuir na luta contra a crise ambiental ao incorporar as contribuições das culturas tradicionais e seus modos alternativos de usufruir dos recursos naturais, na diminuição da desigualdade de acesso à informação causada por uma revolução digital que se deu com uma “plataforma imperialista” de tecnologia. Por fim, as mudanças provocadas pela tecnologia, como o avanço das neurociências e sua contribuição para esclarecer os processos de aprendizagem e desenvolvimento e a flexibilização do trabalho, precisam ser incorporados no novo contrato social da educação.

Na segunda parte, “*Renewing education*”, o relatório oferece sugestões de reconfiguração para educação, que deveriam ser incluídas nesse novo contrato, a respeito da pedagogia, currículo, professores, escola e cooperação. A ideia principal é substituir a cultura individualista e competitiva dominante no ambiente escolar, tendo o cuidado de nunca citar o termo meritocracia, pela cultura de solidariedade e trabalho colaborativo.

Na dimensão pedagógica, a reconfiguração proposta contempla a ideia de “pedagogia da solidariedade”, baseada em métodos colaborativos e interculturais, cuja didática planejada para “solução interdisciplinar de problemas” parte da análise crítica do conhecimento dominante e de concepções preconceituosas, inclusive, “aprendendo a desaprender” atitudes e valores preconceituosos e injustos. Outros espaços e atores também devem contribuir nesse processo criando um verdadeiro “ecossistema educativo” formado para atender várias idades e estágios diferentes da vida, possibilitando a educação ao longo de toda a vida. Planejada como “jornadas pedagógicas”, a aprendizagem deve ter uma avaliação qualitativa do processo.

Essa reconfiguração pedagógica impacta por sua vez no currículo, que deve ser reconfigurado para contemplar a diversidade cultural repensar o lugar da humanidade no planeta. O conhecimento é compartilhado e praticado nas “comunidades de aprendizagem”, não apenas para ser internalizado, mas também praticado na forma de justiça social, equilíbrio ambiental, interações socioafetivas, comunicação mais ampla a partir de outras línguas e códigos. Para isso, é preciso que o currículo contemple além da compreensão científica do mundo, o domínio das ferramentas digitais, educação artística e cultural.

Assim como a pedagogia e o currículo, o papel do professor precisa também ser reconfigurado como uma atividade profissional coletiva e colaborativa entre pares e com a comunidade escolar, integrada às outras áreas da vida, como cultura e meio ambiente, cujo exercício deve ser realizado de maneira autônoma e política, participando ativamente das decisões sobre todo o processo educativo. Finalmente, as escolas precisam ser ressignificadas como patrimônio cultural comum, como um espaço cultural colaborativo, no qual a “comunidade de aprendizagem” interage de maneira participativa, construindo uma cultura de colaboração no lugar da atual cultura individualista e competitiva. Para isso a escola precisa ser reestruturada, para que possa ser um espaço coletivo de trabalho cooperativo, e equipada, entendendo que a tecnologia deve ser um suporte para a escola e não uma substituta dela.

A proposta de um novo contrato social para educação, portanto, está fundamentada na constatação de que a mudança necessária é na concepção de sistema educacional público. Por isso, a comissão defende a transformação dele em um “ecossistema educacional”, envolvendo escolas, sociedade civil e política, para

ampliação do direito à educação de toda a população que precisa atualizar-se constantemente sobre tecnologia de trabalho, diálogo intercultural e participação política.

Na terceira parte, “*Catalyzing a new social contract for education*”, o relatório propõe a construção de uma nova agenda para educação e conclama os agentes que devem participar desse novo contrato. O papel da comunidade nele não pode ser apenas como parte interessada ou assistida, mas como signatária, participando ativamente do ecossistema educacional. A educação precisa ser estudada de dentro e por isso é fundamental que os professores tornem-se pesquisadores e produtores de conhecimento. Assim também com as comunidades tradicionais, cujas tradições e patrimônios devem ser compartilhados por todos como uma sabedoria ecológica e integral. Por fim, é preciso que as universidades estejam abertas à diversidade cultural, a outras epistemologias, e possa oferecer formação técnica e profissional.

A educação pensada como um bem comum pressupõe corresponsabilidade global e, portanto, cooperação internacional. Uma agenda comum precisa ser construída pelos políticos para direcionar os debates públicos; e plataformas de cooperação multilateral para financiamento de pesquisas precisam ser criadas. Neste contexto, a Unesco, segundo a comissão, precisa se ver como uma parceira cujo papel é fortalecer as instituições e processos regionais e nacionais. Para acompanhar o cumprimento do pacto, novas formas de avaliação precisam ser criadas e as antigas repensadas. Novas categorias que contemplem a diversidade e a solidariedade, novas metodologias para interpretar os dados e a substituição de rankings por comparação de experiências, com referências que inspirem a criatividade, contextualizadas como respostas às condições específicas.

Observa-se nesse relatório duas mudanças de posição: um deslocamento epistemológico para interpretar o direito à educação como um direito coletivo e não mais individual e um deslocamento jurídico da responsabilidade sobre o direito à educação da administração governamental para o direito constitucional. Tais deslocamentos afastam as propostas da comissão das soluções reformistas neoliberais de privatização e oferta de serviços educacionais, por meio de programas gerenciados pelos governos, e as aproximam de um neocontratualismo para a construção de um Estado mais justo. Há, nesse ponto, uma recuperação de pautas sobre o

desenvolvimento das décadas de 1970-80 abandonadas pela Organização em 1990, após uma virada neoliberalista. Observa-se o retorno à pauta da discussão sobre o livre acesso a informação, cujo projeto Nova Ordem Mundial da Informação e Comunicação (NWICO, em inglês) foi motivo da suspensão de contribuição para a Unesco por parte de alguns países. Também se observa o retorno da crítica à lógica de ajuda humanitária, por se tratar de uma estratégia de manutenção da situação de dependência de países subdesenvolvidos. Essa inflexão não é exclusiva da Unesco e tem origem na crise humanitária criada pela pandemia de Covid-19. O FMI lançou em 2020, entre outras sugestões, para os países driblarem a crise financeira agravada pelo isolamento social, a taxação de fortunas, por exemplo.

Enfim, o relatório é produto de uma conjuntura em que as populações se conscientizaram e exigem seus direitos, mas o capital não reconhece esses direitos e resiste em atender as exigências das nações, por isso um novo contrato social precisa ser firmado a fim de proteger os direitos coletivos de desenvolvimento sustentável dos avanços da exploração desordenada e irresponsável do capital, que aliado a grupos conservadores, criam barreiras políticas e ideológicas contra o avanço dos direitos humanos para minorias.

A educação como bem público comum visa a salvaguarda do sistema educacional como um patrimônio público, protegendo-o da exploração do mercado, que tende a transformar a educação em sistema de padronização da mão de obra. É uma forma de garantir proteção à diversidade cultural dos povos tradicionais, liberdade criativa, acesso das camadas populares à formação superior. No entanto, o relatório deixa claro que a Unesco não poderá arcar com os custos dessa proteção, uma vez que seus recursos são uma pequena fatia dos fundos do Banco Mundial.

Nesse sentido, o novo contrato apresenta a educação ao longo da vida como uma resposta aos grupos conservadores, radicais e fundamentalistas que alimentam movimentos políticos populistas e autoritários, que insistem em não reconhecer os direitos econômicos, sociais e culturais das minorias. No entanto, o mesmo relatório também incorpora as mudanças do mercado de trabalho, que fragmenta e aliena ainda mais o trabalhador, que ao tornar-se autônomo, explora a si mesmo, impondo-se a sacrifícios como extensas jornadas de trabalho e financiamentos.

Em conclusão, o relatório apresenta soluções para as crises que se sobrepõem à humanidade, unida globalmente pelo capitalismo, mas sem apresentar uma solução definitiva para as contradições deste.

Recebido em: 18/03/2022 Aprovado em: 31/03/2022
--